continuação

Notas Explicativas da Vero S.A.

16. Provisão para demandas judiciais: Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável. Em 31/12/2019 e 2018, as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Tributárias	–	–	19.800
Trabalhistas e previdenciárias	–	–	139
Cíveis	–	–	2.439
Ambientais	–	–	5
Total	–	–	22.383

A movimentação da provisão para demandas judiciais está demonstrada abaixo:

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributário	Ambiental	Total
Saldos em 31/12/2018	–	–	–	–	–
Adições/(Reversões)	145	129	–	5	279
Pagamentos	(114)	–	–	–	(114)
Efeito de combinações de negócios	2.408	10	19.800	–	22.218
Saldos em 31/12/2019	2.439	139	19.800	5	22.383

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais no montante de R$248 na controladora e R$382 no consolidado em 31/12/2019. Perdas possíveis: A composição e estimativa das ações de natureza trabalhistas, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Tributárias	–	–	19.561
Trabalhistas e previdenciárias	–	–	16
Cíveis	–	–	694
Total	–	–	20.271

Processos trabalhistas: A Companhia e suas controladas são parte em 3 ações de natureza trabalhista na esfera Judicial, cujo objeto em discussão versa sobre enquadramento sindical; adicional de periculosidade; diferenças salarias decorrentes de acúmulo de função; horas extra; diferenças e reflexos das verbas rescisórias. Processos cíveis: A Companhia e suas controladas são parte em 5 ações de natureza cível na esfera Judicial, cujo objeto em discussão versa sobre Sustação de Protesto; Acidente de Trânsito; Acidente com Cabos soltos na via; Corte de Cabos em Condomínio e; Instalação de Postes em área privada sem autorização. Processos tributários: As controladas são parte em 2 ações de natureza tributária sendo uma administrativa e cujo objeto versa sobre FUST E FUNTTEL - 2017 e outra de natureza judicial e cujo objeto versa sobre Ação Declaratória para Manutenção do Simples. A autuação pela Fazenda do Estado de Minas Gerais ("SEFAZ/MG") para exigência de valores de ICMS (2013 a 2016) da controlada Infoline, refere-se a valores das contingencias oriundos de efeito de combinações de negócios. Causas possíveis administrativas: A Companhia e/ou controladas são parte em 3 ações de natureza administrativa junto a ANATEL e cujo objeto versa sobre incidência da receita de SVA sobre a base de cálculo do FUST/FUNTTEL; FISTEL e FUST 2016. **17. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O Capital social subscrito em 31/12/2019 é de R$ 148.119, representado por 381.833.573 ações ordinárias e sem valor nominal. A Companhia possuía em 31/12/2019, um capital a integralizar no montante de R$20.000. A composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	Ações	% Participação
Vinci Projetos de Infraestrutura S.A.	190.931.676	50,04%
Cesar Sales Borges	27.048.414	7,084%
Júlia Branco Borges	273.217	0,072%
Rodrigo Melgaço Alves	25.565.115	6,695%
José Oswaldo Pereira de Almeida	3.957.609	1,036%
Tiago Resende Ferreira e Silva	538.812	0,141%
Tomás Resende Ferreira e Silva	449.040	0,118%
Marcos Raimundo Ferreira Junior	538.812	0,141%
Sonia Maria Resende e Silva Ferreira	449.040	0,118%
Rodrigo Martins	934.259	0,245%
Vagner Soares de Morais	8.186.965	2,144%
Carlos Felipe Tavares Monteiro	29.851.531	7,818%
Otto Marcelo Giovanetti Lima	19.901.021	5,212%
Viareal Participações Ltda.	73.208.062	19,173%
	381.833.573	100%

Durante o exercício de 2019, o capital social da Companhia foi aumentado em R$128.119. b) Reserva de capital: A Companhia constitui suas reservas de capital em conformidade com o artigo 182 da Lei nº 6.404/76, pelo valor das contribuições do subscritor que ultrapassar o valor nominal da emissão de novas ações, valor este último destinado à formação do capital social da Companhia. Durante o exercício de 2019 foi constituída reserva de capital com subscrição de ações no montante de R$196.583. c) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação. d) Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos. e) Dividendos: O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação. A destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	12.721
Compensação de prejuízos acumulados	(313)
Base para Reserva legal	12.408
Apropriação para reserva legal (i)	(620)
Base para dividendo mínimo obrigatório	11.788
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(2.947)
Destinação para a reserva de retenção de lucros	(8.841)

18. Plano de pagamento baseado em ações: Em 29/11/2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Vero S.A. ("Plano"), que tem por objeto a outorga de opções para aquisição de ações preferenciais, sem direito a voto, de emissão da Vero S.A. ou de suas sucessoras ("Companhia") a determinados administradores, gerentes e empregados da Companhia e de suas subsidiárias, conforme indicado pelo Comitê de Gestão dos Planos de Outorga da Companhia ("Comitê"), órgão de assessoramento a ser criado pelo Conselho de Administração da Companhia, de tempos em tempos ("Opções"), nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). O Plano tem como objetivos (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos Participantes adquirirem Ações, nos termos, condições e modo previstos neste Plano, incentivando sua integração com a Companhia; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes na Companhia; e (iv) atrair novos talentos para Companhia. O Plano será gerido e administrado pelo Comitê, que terá por competência (i) a criação de cada Programa, anualmente ou em periodicidade superior; (ii) selecionar, dentre os Elegíveis, as pessoas eleitas que efetivamente participarão a cada determinado Progr ama ("Participantes"); (iii) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, zelando por sua correta aplicação; (iv) analisar casos excepcionais, omissões ou dirimir dúvidas quanto à interpretação do Plano; (v) estabelecer os termos, condições e regras específicas, aplicáveis a um ou mais Participantes, sempre que o Plano contiver expressa previsão de discricionariedade por parte do Comitê; e (vi) recomendar ao Conselho de Administração a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano. O Plano está limitado a um número máximo de 20.096.504 (vinte milhões, noventa e seis mil, quinhentas e quatro) Opções, representativas de igual número de Ações (o "Limite Quantitativo"). Para todos os fins do Plano, 1 (uma) Opção equivale a 1 (uma) ação preferencial, sem direito de voto, da Companhia. O Comitê poderá estabelecer a aplicação ou não de um preço de outorga a ser pago pelos Participantes eleitos que desejem efetivamente aderir aos Programas que venham a ser criados no contexto do Plano (o "Preço de Outorga"). Caso seja fixado um Preço de Outorga para um determinado Programa, o Comitê deverá fixar o valor, o modo e prazo de pagamento do referido Preço de Outorga. Além do Preço de Outorga, que será pago conforme previsto na Cláusula 6 acima, o Participante pagará à Companhia, quando da integralização ou aquisição da respectiva Ação, o preço de exercício da Opção a ser definido pelo Comitê quando da criação de cada Programa (o "Preço de Exercício"). Caberá ao Comitê determinar, no âmbito de cada Programa, (i) o período e as condições de Vesting a serem observadas pelo Participante para que ele possa exercer as Opções a ele outorgadas no referido Programa (o "Período de Vesting"); e (ii) o prazo de exercício das Opções pelo Participante, uma vez que suas Opções estejam Vested (ou seja, uma vez que já tenha transcorrido o Período de Vesting) (o "Período de Exercício"). Em 21/01/2019, o Comitê criou o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações (o "Primeiro Programa") no âmbito do Plano. Serão outorgadas no âmbito do Primeiro Programa até 20.096.504 (vinte milhões, noventa e seis mil, quinhentas e quatro) Opções para subscrição de ações preferenciais de emissão da Companhia, sempre respeitado o limite máximo de opções estabelecido no Plano. Em contrapartida à participação no Primeiro Programa, os Participantes deverão pagar à Companhia um Preço de Outorga por Opção outorgada, conforme definido pelo Comitê. O valor global a ser cobrado pela Companhia a título de Preço de Outorga dos Participantes deste Programa será de até R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo que o Preço de Outorga por Opção outorgada será de R$ 0,0199039594150306. As Opções outorgadas aos Participantes neste Primeiro Programa (o "Primeiro Lote") poderão ser exercidas pelos Participantes em 5 (cinco) Vestings anuais, a razão de 20% (vinte por cento) a cada ano (os "Vestings 1 a 5"), conforme definido pelo Comitê no momento de sua aprovação como Elegível ao Primeiro Programa, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano, neste Programa e nos Contratos de Outorga:

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
	20% das Opções	20% das Opções	20% das Opções	20% das Opções	20% das Opções
	Outorgadas - Vested	Outorgadas - Vesting 1	Outorgadas - Vesting 2	Outorgadas - Vesting 3	Outorgadas - Vesting 4	Outorgadas - Vesting 5

O Preço de Exercício a ser pago pelos Participantes quando do exercício de suas Opções, mediante a integralização ou aquisição das respectivas Ações, será de R$ 1,12099115417491 por Ação, a ser corrigido de acordo com a variação positiva do IPCA desde 21/01/2019 até a data do efetivo pagamento, podendo também ser ajustado para refletir eventuais reflexos causados por eventuais distribuições de dividendos, sempre de maneira proporcional, considerando os valores que efetivamente foram objeto de distribuição de dividendos. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações depende do modelo de avaliação selecionado para a concessão desses instrumentos patrimoniais, assim como o uso de diversas premissas, o que depende dos termos e condições da concessão. As movimentações do plano de opções de compra de ações estão demonstrados abaixo:

	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4	Total
Saldo em 31/12/2018	–	–	–	–	–
Outorgadas	10.048	1.005	2.010	1.005	14.068
Prescritas	–	–	–	–	–
Exercidas	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2019	10.048	1.005	2.010	1.005	14.068

A despesa no exercício findo em 31/12/2019 é de R$1.568 e foi registrada como despesa de opções de compra de ações (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseadas em ações (patrimônio líquido). O valor acumulado registrado como reserva de pagamentos baseados em ações no patrimônio líquido em 31/12/2019, referente aos planos de opções de ações, é de R$ 1.568.

	Consolidado
19. Receita operacional líquida:	31/12/2019
Serviços prestados	153.960
Cancelamentos	(7)
Receita operacional bruta	153.953
Impostos sobre serviços prestados	(32.445)
Receita operacional líquida	121.509

A receita é composta por serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVA´s, TV por assinatura e outros serviços.

20. Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas:

	Consolidado
	31/12/2019
Serviços de tráfego de dados	(12.794)
Aluguéis de estruturas, máquinas e equipamentos	(3.843)
Materiais para prestação de serviços	(601)
Salários, encargos e benefícios	(2.869)
Gastos com veículos	(589)
Energia elétrica	(778)
Outros	(125)
	(21.599)

21. Despesas com vendas:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Salários, encargos e benefícios	–	–	(8.324)
Propaganda e publicidade	(836)	–	(2.031)
Perda de crédito esperada	–	–	(3.059)
Outras	–	–	(796)
	(836)	–	(14.210)

22. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Salários, encargos e benefícios	(11.879)	–	(24.353)
Serviços de terceiros	(4.861)	–	(9.502)
Aluguéis, seguros e ocupações	(878)	–	(2.555)
Impostos, taxas e contribuições	(76)	–	(2.854)
Opção de compra de ações	(1.568)	–	(1.568)
Outras despesas	(458)	(313)	(972)
Recuperação de despesas	16.765	–	–
	(2.955)	(313)	(41.804)

23. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado
23.1. Receitas financeiras:	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Receitas sobre aplicações financeiras	381	–	544
Juros ativos	–	–	806
Outras receitas financeiras	–	–	40
Total das receitas financeiras	381	–	1.390

23.2. Despesas financeiras:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Tarifas e serviços bancários	(61)	–	(2.909)
Juros passivos	(4.669)	–	(5.957)
Descontos concedidos	–	–	(268)
Ajuste a valor presente de arrendamentos financeiros	(524)	–	(663)
Outras despesas financeiras	–	–	(180)
Total das receitas financeiras	(5.254)	–	(9.977)

24. Imposto de renda e contribuição social: a) A reconciliação do resultado com o IR e CS dos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	12.188	23.752
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(4.144)	(8.076)
Resultado de equivalência patrimonial	7.360	–
IR e CS diferidos reconhecidos no exercício	533	4.113
Outras adições indedutiveis	(3.216)	(7.068)
Outros	–	–
IR e CS no resultado no exercício	533	(11.031)
IR e CS correntes	–	(15.144)
IR e CS diferidos	533	4.113
IR e CS no resultado no exercício	533	(11.031)
Alíquota efetiva	4,37%	46,44%

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2019
Tributos diferidos ativo		
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	–	867
Provisão para demandas judiciais	–	878
Provisão para perda de crédito esperada	–	1.835
Despesa com pagamento baseado em ações	533	533
Total tributos diferidos ativos	533	4.113

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no resultado:

Consolidado	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Tributo diferido ativo			
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	–	867	867
Provisão para demandas judiciais	–	878	878
Provisão para perda de crédito esperada	–	1.835	1.835
Despesa com pagamento baseado em ações	–	533	533
	–	4.113	4.113

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos: Em 31/12/2019, a Companhia possuía saldos de base de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R$ 4.147. O correspondente crédito tributário não foi registrado por que a Companhia e suas controladas ainda não atendem todas as premissas necessárias para o reconhecimento, conforme determinado no CPC 32 - Tributos sobre o lucro. **25. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxas de juros e de moeda. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, obrigações por aquisições de participações societárias e aplicações financeiras. b) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. Representado pela possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seu contas a receber. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas atuam na gerência de contas a receber, detectando os segmentos de clientes com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de serviços de telecomunicações e implementando políticas específicas de cobrança. c) Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31/12/2019.

	31/12/2019					
	Controladora			Consolidado		
	1 ano	2 a 5 anos	Total	1 ano	2 a 3 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.353	–	2.353	12.459	1.703	14.162
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	571	218	789
Obrigações por aquisições de participações societárias	–	88.001	88.001	–	88.001	88.001
Passivo de arrendamento	1.096	3.771	4.867	1.484	4.499	5.983
Total	3.449	91.772	95.221	14.514	94.421	108.935

d) Gestão de capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

	Consolidado
	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	789
Passivos de arrendamento	5.983
Obrigações por aquisições de participações societárias	88.001
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(19.836)
(=) Dívida líquida	74.937
Patrimônio líquido	338.678
Dívida líquida e patrimônio líquido	413.615

e) Sensibilidade à taxa de juros: Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisições de participações societárias e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31/12/2019, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31/12/2019:

Cenário em 31/12/2019 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2018	Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI-4,5%)	14.976	15.650	11.737	7.825
Obrigações por aquisições de participações societárias	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-4,5%)	88.001	91.961	68.971	45.981

Cenário em 31/12/2019 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2018	Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI-4,5%)	19.836	20.729	15.546	10.364
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-4,5%)	789	825	618	412
Obrigações por aquisições de participações societárias	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-4,5%)	88.001	91.961	68.971	45.981

f) Valor justo: A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
Ativos financeiros	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	14.976	–	14.976	–
Adiantamento a fornecedores	811	–	811	–
Outros créditos	13	43	13	43
Total	15.800	43	15.800	43
Passivos financeiros				
Passivos de arrendamento	4.593	–	4.593	–
Obrigações por aquisições de participação societárias	88.001	–	88.991	–
Fornecedores	2.353	–	2.353	–
Outras contas a pagar	175	–	175	–
Total	95.122	–	95.122	–

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	19.836	–	19.836	–
Conta a receber de clientes	11.795	–	11.795	–
Adiantamento a fornecedores	3.389	–	3.389	–
Outros créditos	298	–	298	–
Total	35.318	–	35.318	–
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	789	–	789	–
Passivos de arrendamento	5.693	–	5.693	–
Obrigações por aquisições de participação societárias	88.001	–	88.001	–
Fornecedores	14.162	–	14.162	–
Outras contas a pagar	1.890	–	1.890	–
Total	110.535	–	110.535	–

g) Estimativa do valor justo: A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

	Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	19.836	–	19.836
Contas a receber	–	11.795	11.795
Total	19.836	11.795	31.631

	Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	–	14.162	14.162
Empréstimos e financiamentos	–	789	789
Passivos de arrendamento	–	5.693	5.693
Obrigações por aquisições de participação societária	–	88.001	88.001
Total	–	108.645	108.645

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Os saldos de aplicações financeiras informados nas demonstrações financeiras são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. **26. Seguros:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades Em 31/12/2019, a Companhia e suas controladas mantinham suas apólices e as coberturas totais por ramo são as seguintes:

	Importância segurada	
	Controladora	Consolidado
Responsabilidade cível dos diretores e administradores	15.000	15.000

27. Eventos subsequentes: Até a data da emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia e suas controladas não sofreram impactos materiais decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19. Tendo em vista que os eventuais impactos econômico-financeiros decorrentes do surto ainda são incertos, a Companhia e suas controladas não vislumbram, nesta data, como mensurar os riscos à continuidade ou ao impacto total nos seus negócios decorrentes da referida pandemia.

Fabiano Ferreira - Diretor Presidente
Marcus José de Almeida Albernaz - Diretor Financeiro
Roberto Fabiano Santana Diorio
Controller - Responsável Contábil - CRC: 1SP-292000/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Vero S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vero S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31/12/2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** As demonstrações financeiras da Companhia para o período de 11 de outubro à 31/12/2018, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31/03/2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP034519/O-6
Rafael Luis Alves
Contador - CRC-1SP257325/O-5

SUPLEMENTOS ECONÔMICO Valor
ANUNCIE
midiakit.valor.com.br

Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.

(Companhia Aberta)
CNPJ/ME 49.669.856/0001-43 - NIRE 35.300.344.910

Edital de Convocação aos Debenturistas da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A.Assembleia Geral de Debenturistas

Nos termos da Cláusula Oitava do "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissora" e "Debêntures", respectivamente), ficam os titulares das debêntures da referida emissão ("Debenturistas") e o Agente Fiduciário (abaixo definido) convocados a participar da Assembleia